

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º Trimestre

2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA

Procuradora-Geral de Contas

Cibelly Farias

Procurador-Geral Adjunto de Contas

Aderson Flores

Procurador de Contas

Diogo Roberto Ringenberg

Diretoria-Geral de Contas Públicas

Juliana Fritzen

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o compromisso do Ministério Público de Contas na fiscalização do uso do dinheiro público, consoante suas competências institucionais estabelecidas no art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000, apresenta-se este relatório de atividades, que descreve as principais ações realizadas e os resultados alcançados no trimestre, destinando-se a todos os cidadãos com interesse no funcionamento deste *Parquet*.

2. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

É exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Ao Ministério Público de Contas compete (art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000):

- promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário;
- comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à matéria administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua

manifestação por escrito nos processos de prestação e tomada de contas e nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- promover, junto à Procuradoria-Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da data do recebimento da documentação respectiva, as medidas previstas no art. 43, inciso II e art. 75 desta Lei, remetendo-lhes as peças processuais, com as orientações necessárias; e

- interpor os recursos permitidos em lei.

De acordo com o novo Regimento Interno do Ministério Público de Contas (Portaria MPC nº 48/2018, de 04/09/2018), sua estrutura organizacional compreende:

- Órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Contas: Procuradoria-Geral, Conselho Superior e Colégio de Procuradores;

- Órgãos de Execução: Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público de Contas e Procuradores do Ministério Público de Contas;

- Órgãos de Administração: Diretoria-Geral de Administração e Planejamento (Gerência Administrativa e Financeira, Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Informática) e Diretoria-Geral de Contas Públicas (Gerência de Distribuição de Processos e Gerência de Controle de Processos).

- Órgãos Auxiliares: Controle Interno, Ouvidoria (Serviço de Informação ao Cidadão), Comissão de Licitações e Assessoria de Comunicação.

3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

3.1 Participação do MPC em sessões plenárias

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do Tribunal de Contas, reunindo-se ordinária e extraordinariamente.

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras.

Total do trimestre: 24 sessões plenárias

| Procurador | Outubro/2018 | Novembro/2018 | Dezembro/2018 | Total |
|----------------|--------------|---------------|---------------|-----------|
| Aderson Flores | 5 | 2 | - | 7 |
| Cibelly Farias | 5 | 5 | 7 | 17 |
| TOTAL | 10 | 7 | 7 | 24 |

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

3.2. Movimentação de processos

No trimestre, do total de 5.365 processos para manifestação ministerial, foram elaborados, no mesmo período, 2.950 pareceres.

Os processos que tiveram saídas sem pareceres foram aqueles que tramitaram a pedido, seja para fornecimento de cópias, vistas na sala dos advogados, solicitação pelos gabinetes de Conselheiro e Presidência.

| Procurador | Outubro/2018 | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------------|---------------------|----------|---------------------|-------------|-------------------------------------|
| | Remanescentes do mês de setembro/2018 | Processos recebidos | | Saídas de processos | | Processos pendentes de manifestação |
| | | Distribuídos | Retorno | Com Parecer | Sem Parecer | |
| Aderson Flores | 379 | 410 | 1 | 434 | 1 | 355 |
| Cibelly Farias | 207 | 414 | 2 | 370 | 1 | 252 |
| Diogo Roberto Ringenberg | 634 | 442 | 3 | 270 | 3 | 806 |
| TOTAL | 1.220 | 1.266 | 6 | 1.074 | 5 | 1.413 |

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

| Procurador | Novembro/2018 | | | | | |
|--------------------------|--------------------------------------|---------------------|----------|---------------------|-------------|-------------------------------------|
| | Remanescentes do mês de outubro/2018 | Processos recebidos | | Saídas de processos | | Processos pendentes de manifestação |
| | | Distribuídos | Retorno | Com Parecer | Sem Parecer | |
| Aderson Flores | 355 | 290 | 2 | 425 | 2 | 220 |
| Cibelly Farias | 252 | 611 | - | 538 | - | 325 |
| Diogo Roberto Ringenberg | 806 | 606 | 7 | 249 | 6 | 1.164 |
| TOTAL | 1.413 | 1.507 | 9 | 1.212 | 8 | 1.709 |

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

| Procurador | Dezembro/2018 | | | | | |
|--------------------------|---------------------------------------|---------------------|-----------|---------------------|-------------|-------------------------------------|
| | Remanescentes do mês de novembro/2018 | Processos recebidos | | Saídas de processos | | Processos pendentes de manifestação |
| | | Distribuídos | Retorno | Com Parecer | Sem Parecer | |
| Aderson Flores | 220 | 16 | - | 1 | - | 235 |
| Cibelly Farias | 325 | 669 | 2 | 552 | 2 | 442 |
| Diogo Roberto Ringenberg | 1.164 | 689 | 9 | 111 | 13 | 1.738 |
| TOTAL | 1.709 | 1.374 | 11 | 664 | 15 | 2.415 |

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

3.3 Outras atividades desenvolvidas no trimestre

| Procurador | Recursos | REP* | Procedimentos investigativos | | O.R.** | N.R.*** | Outros | Total |
|--------------------------|----------|----------|------------------------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | | | Instaurados | Arquivados | | | | |
| Aderson Flores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cibelly Farias | - | - | 2 | - | 3 | 296 | - | 301 |
| Diogo Roberto Ringenberg | 1 | 1 | 2 | - | 16 | 4 | 10 | 34 |
| TOTAL | 1 | 1 | 4 | - | 19 | 300 | 10 | 335 |

Fonte: Gabinetes dos Procuradores

* Representações / ** Ofícios Requisitórios / *** Notificações Recomendatórias

3.4 Ofícios expedidos no trimestre

| Procurador | Outubro/2018 | Novembro/2018 | Dezembro/2018 | Total |
|--------------------------|--------------|---------------|---------------|-----------|
| Aderson Flores | - | - | - | - |
| Cibelly Farias | 107 | 36 | 28 | 171* |
| Diogo Roberto Ringenberg | 8 | 6 | 2 | 16** |
| TOTAL | 20 | 6 | 5 | 31 |

Fonte: Gabinetes dos Procuradores e Setor de Protocolo e Diligência

* 3 Ofícios Requisitórios / ** 16 Ofícios Requisitórios

3.5 Cumprimento das decisões definitivas do Tribunal Pleno do TCE/SC

3.5.1 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobrança de débitos e multas

No trimestre, do total de 105 processos recebidos do TCE/SC para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal Pleno, previstas no Regimento Interno do TCE/SC, arts. 64 e 65, foram adotadas, no mesmo período, 85 providências.

Desses, 66 processos de cobrança foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado e 19 às Prefeituras, que somadas totalizaram R\$ 6.141.844,39.

| Outubro/Novembro/Dezembro/2018 | | | | |
|---|-----------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Providências | Qtd | Multa | Débito | Total |
| Procuradoria-Geral do Estado | 66 | R\$ 1.210.492,76 | R\$ 2.740.827,20 | R\$ 3.951.319,96 |
| Procuradorias Municipais | 19 | - | R\$ 2.190.524,43 | R\$ 2.190.524,43 |
| Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista | - | - | - | - |
| TOTAL | 85 | R\$ 1.210.492,76 | R\$ 4.931.351,63 | R\$ 6.141.844,39 |

3.5.2 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com valores recolhidos aos cofres estaduais

Segundo informações extraídas do Sistema de Administração Tributária – S@T da Secretaria de Estado da Fazenda, os valores recolhidos no trimestre referentes às multas e débitos estaduais inscritos em Dívida Ativa foram:

| | |
|--|-----------------------|
| Dívida Ativa não Tributária - TCE | R\$ 42.392,98 |
| Dívida Ativa não Tributária – TCE - Parcelamento | R\$ 64.978,53 |
| Dívida Ativa não Tributária – TCE - Protesto | R\$ 43.993,72 |
| Total | R\$ 151.365,23 |

Já os valores recolhidos espontaneamente aos cofres estaduais, também segundo informações do S@T, no período, foram:

| | |
|--------------------------|---------------------------|
| MULTAS RECOLHIDAS | DÉBITOS RECOLHIDOS |
| R\$ 72.930,29 | R\$ 50.049,70 |

3.5.3 Levantamento das decisões definitivas do Tribunal Pleno com débitos municipais imputados em 2014 e 2015

| DÉBITOS MUNICIPAIS DE 2014 | |
|-----------------------------------|-------------------------|
| Quitados | R\$ 442.117,01 |
| Parcelados | R\$ 133.154,53 |
| Em aberto | R\$ 589.610,22* |
| Em execução judicial | R\$ 1.964.472,88 |
| TOTAL | R\$ 3.129.354,64 |

*Foram expedidas 41 novas solicitações de informações acerca das providências adotadas. Desse total, 29 responderam e 12 não responderam. Analisando cada caso, foram encaminhadas, até o momento, 5 Representações ao TCE/SC.

| DÉBITOS MUNICIPAIS DE 2015 | |
|----------------------------|--------------------------|
| Quitados | R\$ 449.542,19 |
| Parcelados | R\$ 376.408,58 |
| Em aberto | R\$ 1.909.341,23* |
| Em execução judicial | R\$ 7.826.721,77 |
| TOTAL | R\$ 10.562.013,77 |

*Foram expedidas 37 novas solicitações de informações acerca das providências adotadas. Desse total, 20 responderam e 17 não responderam. Cada caso está sendo analisado.

4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

No trimestre, foram recebidos 7 pedidos de informações com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e 1 denúncia recebida, sendo que o e-mail pgtc@mpc.sc.gov.br foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem o MPC/SC.